

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## ANEXO 11

### DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO SPCINE

Documentos da PROPONENTE:

- I. Cópia reprográfica do contrato ou estatuto social atual, devidamente consolidado.
- II. Cópia do cartão do CNPJ - Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.
- III. Cópia reprográfica da cédula identidade (RG) e CPF da(s) representante(s) legal(is).
- IV. Comprovante de situação regular perante o CADIN Municipal ([http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq\\_Deb.aspx](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx)).
- V. Ficha de Dados Cadastrais-FDC (<https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/login/contribuinte?tipo=F>), se houver.
- VI. Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários ([https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms\\_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx](https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx)).
- VII. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da união, emitida pela secretaria da receita federal (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal>).
- VIII. Certificado de regularidade do FGTS-CRF, emitido pela caixa econômica federal (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>).
- IX. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT (<http://www.tst.jus.br/certidao>).
- X. Comprovante de conta bancária de titularidade própria, exclusivamente no Banco do Brasil, para recebimento do aporte financeiro.

Observação:

A autenticidade dos documentos apresentados que não forem originais ou cópias autenticadas por cartório será atestada mediante apresentação de declaração assinada pelo responsável legal da PROPONENTE, nos seguintes termos:

**Apoio:**



**Realização:**



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



*Declaro para os devidos fins que as cópias apresentadas são fiéis aos documentos originais reproduzidos, responsabilizando-me pessoalmente por esta declaração, sob pena de violação aos artigos 298 e 299 do Código Penal.*